

MOÇÃO

REJEITAR O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 É UM IMPERATIVO PATRIÓTICO

Considerando que:

- O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;
- O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;
- O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do factor trabalho e das pensões impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;
- O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da administração pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;
- O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;
- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;
- O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;
- O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7%;
- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;
- Desde 2010, a despesa com os juros a dívida, apesar dos cortes drásticos efectuados desde então para cá, passou de 4 800 milhões de euros para 7 300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja mais de 200 000 milhões de euros em 2014;
- O Orçamento do Estado para 2014, afectará também a capacidade de intervenção dos municípios;
- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de Novembro de 2013, delibere:

1. Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto actual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
2. Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
3. Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;
4. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;
5. Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/2014 na Assembleia da República;
6. Remeter a presente moção para:
 - Presidente da República;
 - Presidente da Assembleia da República;
 - Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
 - Primeiro-ministro;
 - Ministra das Finanças.
7. Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA.

Pelo Grupo Municipal do PCP

A Deputada Municipal

Deolinda Carvalho Machado

- Deolinda Machado -